

A crise da história e a onda pós-estruturalista

The Crisis of History and the Poststructuralist Wave

Carlos Alvarez Maia

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
alvarez@iis.com.br

Resumo: O pós-estruturalismo produziu uma valorização da narrativa no discurso histórico que gerou diversas dificuldades para o historiador. Aqui, neste artigo, avalia-se o impacto de uma onda pós-estruturalista sobre a disciplina história e sobre as perspectivas metafísicas dos historiadores. A chamada "crise da história" daí decorrente é analisada como uma crise dos historiadores que, motivados por uma ontologia alheia aos valores históricos, reagem negativamente à perda de seus referentes realistas.

Palavras-chave: Crise da História; Pós-estruturalismo; Narrativa Histórica; Metafísica.

Abstract: Poststructuralism produced a valorization of the narrative in the historical discourse that generated several difficulties for the historian. In this paper, the impact of a poststructuralist wave on the discipline of history and on the metaphysical perspectives of historians is evaluated. The so-called "crisis of history" is analyzed as a crisis of historians who, motivated by an ontology alien to historical values, react negatively to the loss of their realistic referents.

Keywords: Crisis of History; Poststructuralism; Historical narrative; Metaphysics.

Recebido: Outubro 2017

Aprovado: Dezembro 2017

a narração dos acontecimentos passados, geralmente submetida, na nossa cultura, desde os gregos, à sanção da "ciência" histórica, colocada sob a caução imperiosa do "real", justificada por princípios de exposição "radical", essa narração diferirá realmente, por algum traço específico, por uma pertinência indubitável, da narração imaginária, tal como a podemos encontrar na epopeia, no romance, no drama?

Roland Barthes.¹

A chamada "crise da história" já produziu muitas reflexões e ainda parecem insuficientes. Há sempre aspectos que solicitam novos esclarecimentos. Eu próprio já tratei dessa "crise" e, naquele momento, centrei meus esforços de entendimento dessa questão através da substituição da crise da história pela crise dos historiadores, uma questão mais produtiva e mais segura.² Em princípio, parece-me um contrassenso falar de crise da história se a disciplina continua a sua marcha acompanhando as mudanças societárias. A disciplina sofre transformações ao longo da temporalidade e o rumo do seu devir não está condicionado a uma dada direção *a priori*. Não há por que falar em crise se o destino e o ritmo de adaptação disciplinar persiste em sua meta de evidenciar a aventura da sociedade humana, esta, sim, em contínua mudança processual.

Como disciplina profissionalmente constituída, a história tem uma história recente. Ela inicia seu roteiro no século XIX e se fez arrolando diversas certezas, seja de método, seja de objetos. Várias dessas certezas tornaram-se incertas no século XX. Novos modos de fazer a história pelos historiadores foram incorporados e, outros, foram descartados. Houve o grande sucesso trazido pela escola dos *Annales*, mas essa não foi uma solução definitiva para a maneira de historiar. O próprio evoluir disciplinar se encarrega de evidenciar esse caráter provisório. Novos tempos, novas preocupações e, certamente, novas interpretações. Essa é a nossa rotina, a dinâmica da vida de qualquer historiador.

Aqui, neste texto, insisto no deslocamento da questão de crise da história para crise dos historiadores, mas quero apontar os elementos motivadores dos problemas que surgiram com as novas interpretações historiográficas. Muito já foi dito que a "crise" ocorreu por a história ter sido equiparada com a ficção literária, que ocorrera um *linguistic turn*, constringendo as pretensões realistas da história. Há também algum consenso em apontar o crítico Hayden White como o principal agente dessa "sugestão". História e literatura se encontrariam na iminência de uma síntese e a aspiração da história de narrar acontecimentos verdadeiros, ou no mínimo, plausíveis, estaria se transformando em uma quimera.

Esse é o meu alvo, nessas reflexões. Minha narrativa vai acompanhar alguns passos de uma corrente de pensamento que foi fortalecida pelo vínculo entre a linguística e a etnologia,

¹ *O discurso da história*. 1967.

² MAIA, Carlos Alvarez. História, ciência e linguagem. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

entre Saussure e Lévi-Strauss. Quero tratar aqui, não do estruturalismo antropológico que contaminou bastante o pensamento histórico, mas de um subproduto seu: o pós-estruturalismo.

O pós-estruturalismo germina no interior do estruturalismo, é sua derradeira consequência, sua metamorfose. Há continuidade entre eles e há ruptura. Os autores situados, por alguns analistas, em um lado da fronteira são, por outros, contrabandeados para o lado oposto, não há clareza dos seus limites nem de suas filiações. Esse é o caso especialmente de Roland Barthes, Michel Foucault, Jacques Derrida e Jacques Lacan. As ocorrências comuns às duas "escolas" interpretativas da cultura no século XX dá-se pela ênfase no combate ao racionalismo iluminista. Se o estruturalismo de Lévi-Strauss foi hábil na demolição das certezas logocêntricas do homem como sujeito autor consciente de seus atos, já o pós-estruturalismo aprofunda essas críticas e faz emergir o texto como o ator no proscênio dos dramas existenciais e culturais inconscientes e reafirma o mote estruturalista de morte do sujeito-autor. Em ambas as perspectivas o papel reservado para a palavra, para a linguagem, amplia-se gradativamente.

Se, bem anteriormente a essas duas correntes, a função predominante da linguagem deveria ser sua invisibilidade, agora, o texto ilumina-se e mostra-se protagonista. Dizia Barthes, em 1967: "Para a ciência, a linguagem não é senão um instrumento, que há interesse em tornar tão transparente, tão neutro quanto possível."³ Assim, o texto que servia simplesmente como transporte invisível das ideias racionalistas, sem interferir no conteúdo transportado, torna-se visível e contamina o pensamento, dito objetivo, do suposto autor. As palavras revelam os bastidores desse pensamento, revelam suas inconsistências e contradições. Aquilo que é dito expõe o não-dito presente no ato de dizer. As estruturas pulsionais inconscientes elevam-se ao controle de uma consciência racionalista que, inesperadamente, expõe sua outra natureza, verbaliza e escreve pensamentos ocultos pela penumbra da razão. O pós-estruturalismo define novos tempos que exigem novas estratégias interpretativas, criam-se novos objetos de investigação. A análise textual torna-se o instrumento preferencial para desvendar diversas motivações, até então, silenciadas, que norteiam a escrita. Assim, a onda pós-estruturalista produziu turbulências interpretativas e, ao revolver as profundezas dos discursos, lançou em variados litorais acadêmicos um inesperado e bem problemático objeto: a narrativa.

A ofensa ao real e as narrativas

Para a história, essa onda produziu algumas perturbações na rotina da pesquisa e trouxe uma inquietude ante resultados e conceitos já bem consolidados. Tornou-se perturbadora a visibilidade dada à narrativa como foco de novos e até sérios problemas. Até

³ BARTHES, Roland. Da ciência à literatura. In: *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 14, 13-18.

então, a história privilegiava os fatos narrados, sim, narrados, mas a narrativa deveria ser a mais clara, neutra e objetiva possível para não ofuscar o objeto, para não danificar o fato. Ou seja, ante o fato narrado, a narrativa deveria permanecer invisível, ela deveria simplesmente expor o nexos entre fatos e eventos. O que interessava era o nexos exposto em uma relação preferencialmente causal. O estilo da narrativa, sua forma, era desimportante. É certo que a elegância textual imponha suas normas, mas o maior valor de um texto histórico seria o seu valor realista, valor de verdade. Mas Barthes já sinalizara seu caráter ilusório com uma recomendação:

Resta pois ao estruturalista transformar-se em "escritor", de modo algum para professar ou praticar o "belo estilo", mas para redescobrir os problemas escaldantes de toda enunciação, a partir do momento em que ela deixa de estar envolta na nuvem benfazeja das ilusões propriamente realistas, que fazem da linguagem o simples médium do pensamento.⁴

E prossegue apontando as dificuldades em perceber com clareza as relações entre subjetividade e objetividade no texto histórico, aparentemente descritivo e realista, que simula o lugar de um sujeito neutro no discurso. Há uma espécie de "truque de prestidigitação", diz Barthes, pois em toda enunciação há um suposto sujeito que pode estar encoberto ou dissimulado por expressões gramaticais que criam ilusões de objetividade ocultando o autor subjetivo.

Dessas formas, a mais capciosa é a forma privativa, precisamente aquela que é geralmente praticada no discurso científico, de que o cientista se exclui por preocupação de objetividade; o que é excluído nunca é senão a "pessoa" (psicológica, passional, biográfica), de modo algum o sujeito; mais do que isso, esse sujeito é preenchido, se assim podemos dizer, por toda a exclusão que impõe espetacularmente à sua pessoa, de modo que a objetividade, ao nível do discurso – nível fatal, é preciso não o esquecer –, é um imaginário como qualquer outro.⁵

Na perspectiva de um olhar realista, a narrativa estaria refletindo algo extraído do mundo concreto, entretanto, o que se verifica em uma análise textual crítica é que as proposições narrativas não passam de meras interpretações proferidas por algum sujeito, são agenciamentos de algum autor. Mesmo que a subjetividade desse autor esteja mascarada, seu vestígio semiológico a revela. As narrativas explicitadas como interpretações evidenciam o quanto tais interpretações são subjetivas.

Há duas classes de interferências da onda pós-estruturalista na disciplina história ao dar realce à narrativa. A primeira ofende a compreensão realista da história que a diferenciava das narrativas estritamente literárias que se apóiam na ficcionalidade e nas qualidades eruditas e estilísticas da escrita. Entram em jogo aqui diversos fatores, além de certo esgotamento com a ilusão realista que já vinha sendo denunciada pela análise crítica da linguagem e pela semiologia, mas não só. Da área dos estudos históricos das ciências, um autor já produziu um abalo nas certezas do "realismo dos fatos inquestionáveis". Em um texto, hoje notável, *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*, Ludwik Fleck examina em uma das áreas "duras" da

⁴ BARTHES, Roland. Da ciência à literatura. *Op. cit.*, p. 16.

⁵ *Idem*.

ciência como a pretensa autonomia dos “fatos” que revelava as verdades da ciência seriam produtos de extensas e complexas negociações entre os cientistas que pesquisavam, tateando no escuro, em busca de uma solução consensual para um dado problema cuja solução, inicialmente, era uma incógnita.⁶ Ele mostra como o fato científico é construído e em nada se parece com o mito da descoberta de uma “verdade da natureza”. Os fatos, verídicos e definitivos, mesmo os da ciência, estão bem mais próximos da invenção do que da descoberta. Após sua construção, o tal fato reveste-se de certeza absoluta e torna-se incontestável, ele servirá de alicerce para outras construções mais elaboradas que realimentam esse caráter verídico e acrescentam, cada vez, mais veracidade ao fato. O limite desse processo transforma aquilo que já fora uma simples possibilidade explicativa em algo fixo e absoluto, inquestionável: o fato. A história do pensamento está recheada de exemplos dessa rotina no evoluir do conhecimento. A “terra plana e imóvel” já fora uma verdade que perdurou milhares de anos e seu descrédito somente se deu através de uma luta, social, política e religiosa, que construiu outros fatos, então, em franca oposição àquele originário. É bem conhecido o esforço de Galileu em construir o fato, hoje banal, do “movimento do planeta Terra”. Foi uma luta de convencimento que deslocou o entendimento de algo considerado absurdo para o cenário das evidências claras e nítidas. Esse é um movimento histórico típico das áreas cognitivas. A posteriori, pode-se até dizer que tal fato foi “descoberto”, que “sempre esteve lá”, e a luta travada por sua construção termina por permanecer oculta.

Já a segunda classe de interferências da onda pós-estruturalista na história, inicialmente mais sutil que a primeira, reavalia uma rotina do pensamento histórico que seleciona e coleciona “fatos” e os dispõe encadeados em uma temporalidade. Graças a essa interferência, a ambição da história por temas grandiosos e eventos marcantes torna-se bem mais modesta. Além de observar a construção dos “fatos” pelas narrativas, mostrando o quanto eles podem ser questionáveis, essa segunda interferência elege a narrativa como um objeto a ser valorizado, em si. Emergem novos temas e objetos ocupando o interesse dos pesquisadores. O que está sendo revelado nessa vertente nada mais é do que o movimento natural da história que continuamente se desloca de uma visão de mundo, de uma compreensão, à outra. O próprio estruturalismo já havia produzido obstáculos ao modelo compreensivo iluminista e fazia sua crítica ao homem racionalista. Inclusive já declarara sua morte. O que ocorre na onda pós-estruturalista é a continuidade dessa crítica. Os entendimentos do mundo centrados na racionalidade e coerência das ações humanas, ainda que tenham obtido grande sucesso em outro momento, começam a esbarrar nas evidências contrárias ao se observar a vida cotidiana. Na prática humana rotineira, o modelo iluminista do *homo sapiens* enfrenta suas pulsões e contradições. Antes de ser movido por interesses racionais e atitudes bem refletidas, o homem parece mais conduzido por desejos e impulsos emocionais. Essa alteração na percepção das características humanas coloca em desequilíbrio as formas estabilizadas do pensamento apoiadas na noção de estruturas sociais racionalizadas.

⁶ FLECK, Ludwik. *Gênese e desenvolvimento de um fato científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

A orientação crítica dos *Annales*, de Lucien Febvre a Fernand Braudel, em apoio à história estrutural contra a *histoire événementielle*, refletiu um deslocamento de uma história mais descritiva e factual para outra mais conceitual, com maiores ambições explicativas e teóricas. Entretanto, apesar de seu inegável sucesso, essa perspectiva mostrava-se insuficiente para dar conta da realidade social humana; a rotina de vida dos indivíduos e suas demandas existenciais não eram atendidas, ou seja, a “banalidade” das vidas das pessoas comuns ficava sem assistência. A renovação trazida pelo pós-estruturalismo fomenta uma reorientação no olhar do historiador. As grandes estruturas sociais e cognitivas que garantiram um enorme sucesso para os *Annales* perdiam a marca da exclusividade e importância na compreensão histórica do mundo societário. Havia a necessidade de atender outros temas, o cotidiano com seus dramas centrados nas pessoas comuns vivendo em sociedade. Assim, surgem novas formas de abordagem, de novos temas e novos objetos, como a micro-narrativa da micro-história. Foi esse novo horizonte de visibilidade que produziu *O retorno de Martin Guerre*, em 1973, de Natalie Z. Davis ou *O palácio da memória de Matteo Ricci*, em 1985, de Jonathan Spence. Seguem ainda: *O queijo e os vermes*, em 1976, de Carlo Guinzburg; *Os bandidos* de Eric Hobsbawm, em 1969; *Senhores e caçadores*, em 1975, de Edward Thompson; a narrativa antropológica de Marshall Sahlins, *Ilhas de história*, 1985; *História do casamento e do amor*, 1986, de Alan Macfarlane; *História do pudor*, 1986, de Jean-Claude Bologne; *A história do medo* de Jean Delumeau, 1979; *Religião e o declínio da magia*, 1975, de Keith Thomas; *História das lágrimas*, 1986, de Anne Vincent-Buffault; *Saberes e odores*, 1982, de Alain Corbin; *História da família*, 1989, de James Casey.

Essa segunda face da onda pós-estruturalista avança por objetos bem mais banais que a monumental obra braudeliana. Criam-se termos para caracterizar essa nova tendência demolidora dos grandes relatos de outrora. Fala-se em mentalidades, micro-narrativas, histórias do cotidiano. E as críticas advindas dos historiadores alinhados com a perspectiva anterior foram bem duras. A nova tendência parecia pertencer a um modismo de uma nova era, a era pós-1968. Logo, logo, uma denominação mais catastrófica se impôs, e essa vertente da onda pós-estruturalista ganhou o reforço de mais adeptos vindos de outras latitudes do pensamento engrossando a crítica da racionalidade: pós-modernidade. O pós-moderno tornou-se a sensação do momento na mídia cultural. O ápice revolucionário das grandes narrativas utópicas, cujo clímax deu-se em 1968, declina e entramos em um quadro em que as tintas ganham agora um tom pastel. Ou melhor, há uma pasteurização das rebeldias e das contestações.

Somente os eventos produzidos por essa frente da onda pós-estruturalista já justificariam o termo “crise da história”. Mas esse era somente um dos aspectos, e talvez nem fosse o mais contundente das renovações ocorridas. O mundo era novo a cada dia, sem rebeldes ou revolucionários, mas era reconstruído continuamente, com doses de conformismo e alguma resignação. Antes do fim do século XX, ainda ocorreriam transformações que sepultariam grande parte das utopias advindas do século XIX.

Retornando à primeira frente da onda pós-estruturalista, aquela que fazia a crítica ao real – desejado e utópico – que a história descrevia dando-lhe uma possibilidade documental e, assim, insistia em sua mitificação. Após o enfrentamento com a onda pós-estruturalista, aquele antigo mundo “real”, de certezas grandiloquentes, parecia uma ficção. Curiosa armadilha verbal, justamente esse termo – “ficção” – será utilizado pelos arautos do desastre que se aproxima ao se verem sem as clássicas certezas realistas que a história sempre perseguiu. Ao reagirem à crítica pós-estruturalista, os antigos historiadores bradavam seu descontentamento anunciando uma “crise da história” que estaria defendendo o absurdo de identificar a narrativa realista da história com a narrativa ficcional da literatura. De um lado, uma acusação, um incômodo para os historiadores anteriores: a história estava sendo comparada à ficção. De outro lado, para os adeptos do pós-estruturalismo, uma constatação inequívoca: o mundo anterior a essa renovação é que seria uma ficção. Esse é um dos aspectos do dilema que envolve as análises, como identificar o que é a tal de crise da história?

Mas, a situação que estamos avaliando ainda vai ganhar maior complexidade. Vamos agregar à nossa discussão um autor de peso que vai trazer um novo fluxo de questões. Trata-se de Jacques Derrida e de seu confronto com o logocentrismo. As demolidoras críticas de Derrida ganham nomenclatura própria: desconstrução. O logocentrismo, um conceito de fácil assimilação, converge com tudo aquilo que o pós-estruturalismo criticou na racionalidade iluminista: a centralidade dada à razão no pensamento ocidental, o logos, na compreensão das coisas humanas. Trata-se de uma crítica sempre baseada nas armadilhas da linguagem. Em última instância, é uma crítica à metafísica e que merece maior detalhamento adiante. Já o conceito de desconstrução, mais elaborado, não designa uma destruição, mas se aproxima mais de um desmascaramento dos conceitos, de evidenciar algo não aparente, porém determinante. Derrida está interessado em se desfazer da ilusão de uma presença que conceitos já consolidados trazem, em si. Ele fala de desconstruir a presença da metafísica. O conceito de desconstrução não tem uma compreensão imediata, perseguir clareza em Derrida é uma tarefa inóspita, ele é conhecido por ser um filósofo obscuro. O que, sem dúvida, é bem nítido no seu confronto com o logocentrismo é a sua rejeição às proposições metafísicas centradas no hipotético sujeito racional. E a matéria orgânica da qual Derrida se alimenta é a linguagem, especialmente a gráfica, que ele designa como “escritura”, forjada por “inscrições”. “Escritura” e “inscrição” formam a base originária de toda linguagem. É uma formulação ousada, pois traz uma anterioridade para as características da escrita que se antecipa à linguagem oral. Ele inverte a equação da origem e constituição da linguagem: o oral é consequência do que é inscrito. As inscrições, sejam gráficas ou sonoras, já são uma linguagem e produzem sentidos. Dessa forma, o ato simplesmente oral, o falar, já conteria em si as marcas de uma “escrita” anterior, a escritura. A inscrição posta em objetos materiais ou coisas abstratas é que seria o evento fundador da linguagem. Essa maneira de pensar a linguagem corresponde à formulação de uma linguagem “mais que literal”.⁷ Como diz Barthes:

⁷ MAIA, Carlos Alvarez. *História, ciência e linguagem*. Op. cit., p. 20.

“os próprios objetos poderão transformar-se em fala se significarem alguma coisa”.⁸ Derrida ratifica essa compreensão mais que literal ao designar o termo “escritura” como algo que excede e compreende a linguagem literal e que envolve “tudo o que pode dar lugar a uma inscrição em geral, literal ou não.”⁹ Tais significações colocadas nas inscrições derridianas são sentidos, semiológicos.

O pensamento francês invade os EUA

Em 1966 há um evento que se tornou marcante no desenvolvimento dessa trama. Esse evento marca o início mais efetivo da difusão desse pensamento crítico das ciências humanas europeias para os Estados Unidos. Já no entorno da II Guerra, a atividade econômica e técnico-industrial deslocou seu pólo irradiador da Europa para os EUA, fato que foi seguido pela travessia do Atlântico da ciência europeia e com ela ocorreu também a constituição de uma nova historiografia dessas ciências em solo norte-americano. O grande marco dessa transferência encontra-se na *Estrutura das revoluções científicas* de Thomas Kuhn, editado em 1962 – que já alcançou até hoje cerca de um milhão de exemplares, sendo o livro acadêmico mais difundido em todo mundo.¹⁰ Seguindo esse itinerário, o Johns Hopkins Humanities Center promoveu em outubro de 1966 um simpósio com mais de cem cientistas sociais de mais de oito países. “O simpósio inaugurou um programa de dois anos de seminários e colóquios, que buscavam explorar o impacto de pensamento ‘estruturalista’ contemporâneo sobre métodos críticos em estudos humanísticos e sociais”.¹¹ Participavam dele Jacques Lacan, Tzvetan Todorov, Lucien Goldman, Roland Barthes, Jean Hyppolite, Jacques Derrida e outros. O simpósio denominado “Les langues critiques et les sciences de l’Homme” teve o predomínio do francês como idioma corrente. Um jornalista descreveu o encontro como um duelo francês (“ninety-six-gun dispute”).¹²

Derrida teve um desempenho marcante nesse evento ao discorrer sobre suas investigações. Seu texto centra-se em Lévi-Strauss e na análise da dicotomia natureza-cultura. Ele explicitou as ideias contidas em *De la grammatologie* que será editada no ano seguinte. O impacto de sua apresentação é notável. Em 1986 passou a ser professor de Humanidades da Universidade da Califórnia e, assim, consolidou sua influência na crítica em solo dos EUA.

Seja como consequência direta ou indireta desse simpósio e de seu subsequente programa de colóquios, o fato é que a cena internacional eleva os EUA como novo protagonista engajado na onda pós-estruturalista. Em 1978, a mesma The Johns Hopkins University Press edita uma coleção de artigos que vai impactar fortemente os historiadores em geral. Trata-se

⁸ BARTHES, Roland. *Mitologias*. 8 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 133.

⁹ DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1999, p. 10, 11.

¹⁰ MAIA, Carlos Alvarez. *História das ciências: uma história de historiadores ausentes*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2013, p. 239.

¹¹ Cf.: MACKSEY, Richard; DONATO, Eugenio (eds.). *The Structuralist Controversy. The languages of criticism and the sciences of man*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1972, p XV.

¹² *Ibidem*, p. XVII.

de *Trópicos do discurso* de Hayden White, que resgata as inquietações de Roland Barthes.¹³ Entretanto, White é bem mais severo em suas avaliações do modelo conceitual, visto como anacrônico, que alimenta a muitos historiadores: “quando os historiadores asseveram que a história é uma combinação de ciência e arte, em geral estão querendo dizer que ela é uma combinação da ciência social do fim do século XIX e da arte de meados do século XIX.”¹⁴ Na linha barthesiana de crítica ao realismo ingênuo subjacente, ele dispara:

Muitos historiadores continuam a tratar os seus “fatos” como se fossem “dados” e se recusam a reconhecer, diferentemente da maioria dos cientistas, que os fatos, mais do que descobertos, são elaborados pelo tipo de pergunta que o pesquisador faz acerca do fenômeno que tem diante de si.¹⁵

Desde então, Hayden White ocupa o centro das preocupações defensivas de historiadores que se sentiram atingidos pelos seus textos. Até a nomenclatura sofreu alterações, passou-se a dizer de uma crise da história promovida pelo *linguistic turn*, a virada linguística. O desconforto de se verem comparados à ficção literária criou um clima de combate. Curioso que a expressão “*linguistic turn*” foi introduzida por Richard Rorty ao editar uma antologia em 1967 – *The Linguistic Turn. Essays in Philosophical Method* – que se referia a um evento do início do século XX, do qual Frege, Wittgenstein e Saussure participavam. A invenção de substantivos com sentido adequado ao momento cultural costuma ser um sucesso para expressar algo que não era o seu referente originário. Doravante, o assunto que estamos tratando será indexado assim, a virada linguística. O algoz dos historiadores, Hayden White, sem haver maiores referências à onda pós-estruturalista que invadia as praias da história há tempos. Parecia que tudo começara nos EUA, muito pouco se menciona que ocorria uma retomada da orientação já explicitada por Roland Barthes.

Mas de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestadamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências.¹⁶

Talvez o mais combativo opositor de White tenha sido Roger Chartier em debate que se tornou memorável.¹⁷ Nos argumentos de Chartier não parece que ele tenha levado em conta a sutileza e a profundidade das ilações sofisticadas de White, já examinei isso em *História, ciência e linguagem*.¹⁸

A crítica mais frequente dirigida a Hayden White deve-se à sua recusa de atribuir à história o estatuto de um conhecimento que seria de uma outra natureza que aquela trazida pela ficção. [...] Hayden White faz-se o arauto de

¹³ Em 1973 já fora publicado pela mesma editora *Metahistory*. São importantes para esta discussão duas obras de: WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Edusp, 1992; e, *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001.

¹⁴ *Ibidem*, p. 56.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ *Ibidem*, p. 98.

¹⁷ Ver: CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora Universidade; UFRGS, 2002.

¹⁸ MAIA, Carlos Alvarez. *Op. cit.*

um relativismo absoluto (e muito perigoso) que denega toda possibilidade de estabelecer um saber “científico” sobre o passado. Assim desarmada, a história perde toda capacidade para escolher entre o verdadeiro e o falso, para dizer o que foi, para denunciar as falsificações e os falsários.¹⁹

Hayden White responde a seus adversários – os quais denunciam o relativismo de suas propostas como uma destruição de todo saber – que “considerar a história como uma ficção, como compartilhando com a literatura as mesmas estratégias e procedimentos, não significa retirar-lhe todo valor de conhecimento, mas simplesmente considerar que ela não tem regime de verdade própria”.²⁰ Mas, como qualquer debate típico, o que ocorre se assemelha mais a dois monólogos do que a um diálogo e a contenda não chega a uma síntese produtiva entre os litigantes.

O resultado do imbróglio da onda pós-estruturalista é bem positivo para a história. Enriquece e amplia o espectro de objetos administrados pela disciplina história. O pensamento histórico ganha maior potência explicativa com a inclusão dos elementos da narrativa como valor para os historiadores. Não haveria motivo para preocupações com a perda do real para a história, afinal, era um real ficcional. Mostrava-se, sim, como a realidade concreta era forjada não só por objetos e eventos considerados objetivos. E esse alerta já ressoa em Hayden White, reportando-se ao *As palavras e as coisas* de Foucault:

Dessa forma, Foucault vê o movimento estruturalista ironicamente, como a última fase de um desenvolvimento nas ciências humanas que principiou no século XVI, quando o pensamento ocidental foi presa da ilusão de que “a ordem das coisas” poderia ser representada de maneira adequada numa “ordem de palavras”, se se pudesse achar a ordem correta das palavras. A ilusão em que todas as ciências modernas se basearam é a de que as palavras gozam de uma condição privilegiada na ordem das coisas, como ícones transparentes, como instrumentos de representação de valor neutro. A atribuição às palavras de uma condição ontologicamente privilegiada como essa na ordem das coisas é um erro que a moderna teoria linguística permitiu por fim identificar. O que a moderna teoria linguística demonstra é que as palavras não passam de coisas entre outras coisas no mundo.²¹

Por um lado, essas palavras de Hayden White revelam a forma e a intensidade pela qual o *linguistic turn* abalou o universo de certezas dos historiadores com um incômodo teórico que os obrigava a rever seus princípios e modelos compreensivos; no entanto, por outro lado, esse mesmo transtorno trouxe para o horizonte da disciplina história um aumento da população que habita o seu continente, ampliando o seu campo de visão para novos objetos que migravam das áreas estritas da filosofia mentalista da linguagem para o devir histórico. A linguagem agora como objeto e agente da história. Trata-se de uma crise para muitos historiadores, porém um momento de próspera inflexão para a história.

Penso a história, o devir societário humano, como algo em movimento contínuo, tal como o próprio pensamento histórico produzido por esses sujeitos. O pensamento sobre a história persegue esse movimento e atua através de interpretações. O historiador não é o fotógrafo do passado, ele não consegue capturar o fato em si. Ele se faz intérprete, somente

¹⁹ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia...* Op. cit., p. 110-111.

²⁰ *Apud: Ibidem*, p. 111.

²¹ WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso...* Op. cit., p. 255.

produz interpretações. Mas ele supõe que o fato está lá, ele só pode retratar seus indícios e possíveis articulações com outros fatos hipotéticos. Ele jamais está ante o Real, mas imagina que pode vislumbrar as sombras ontológicas desse Real. Esse é um dilema insolúvel promovido pelas crenças metafísicas que se infiltram na história como em todo e qualquer conhecimento sobre o mundo. É um obstáculo metafísico, o pensamento de qualquer investigador pode ser contaminado pela metafísica. E isso gera conflitos, “crises”. Assim, quando uma nova interpretação surge, naturalmente, há um desapontamento com a perda de uma certeza anterior que foi construída justamente por sua metafísica embutida. Não deveria ocorrer desapontamento em cada nova interpretação, se tal ocorre é devido a uma crença no valor metafísico da interpretação mais antiga. Essa crença fornecia um valor absoluto para a interpretação anterior, dava-lhe o sentido de uma verdade. Penso que o léxico do historiador deveria banir todas as palavras que remetem a condições absolutas: “verdade” é uma das mais danosas. Aprendemos com Barthes como as palavras nos dão a ilusão do real, as palavras permitem que uma ontologia dos fatos se infiltre no pensamento histórico.

Em nosso momento compreensivo em história deveria haver mais cuidado com essa infiltração da metafísica que sugere que descobrimos fatos e suas conexões igualmente fácticas. Ela fornece uma ilusão do real. Permitir que a metafísica assuma o controle de nossas interpretações pode gerar dificuldades posteriores. Quando falamos em “crise da história” ante uma nova interpretação, na realidade, estamos falando do desapontamento dos adeptos da interpretação anterior. Pela simples razão de que esses adeptos supõem que perderam “sua verdade”. Uma verdade que nunca a possuíram. Afinal, não descobrimos verdades como também não as inventamos. História não é ficção. Nós interpretamos e reinterpretamos.

A ressaca da onda pós-estruturalista colide com a metafísica ²²

Sem desmerecer a importância e necessidade da compreensão ontológica do mundo, para o fazer histórico as proposições metafísicas do ser são bastante problemáticas. Pois, a metafísica pode nos conduzir ao pensamento do ser em si, apagando as suas condições de possibilidade histórica. Exatamente essa noção alimenta a pretensão de considerar a linguagem como uma espécie de tradutora de algo no mundo real, a linguagem como transmissora inerte e invisível entre a realidade concreta e o pensamento do sujeito. Nessa acepção, comparam-se duas entidades como se fossem autônomas: a linguagem e o mundo, dito, real. Mas, a existência da linguagem depende dos humanos, e não só, depende também do mundo e das suas interações com ele.²³

²² Agradeço à professora Francine Iegelski, do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, sua indicação que me serviu de alerta para a complexidade da relação entre a história e a metafísica. A discussão com a professora Iegelski produziu o pretexto para a escrita deste artigo.

²³ MAIA, Carlos Alvarez. *História, ciência e linguagem*. Op. cit.

a linguagem não pode ser considerada como um simples instrumento, utilitário ou decorativo, do pensamento. O homem não preexiste à linguagem, nem filogenética nem ontogeneticamente. Não atingimos nunca um estado em que o homem estivesse separado da linguagem, que em seguida elaboraria para "expressar" o que se passasse em si: é a linguagem que ensina a definição de homem, não o contrário.²⁴

E não é só a linguagem que é indissociável da definição de homem. A vida prática e a especulativa também partilham a definição do humano. Ciência, magia e religião encontram-se na mesma relação. Mais ainda, a estética, a ética, a lógica e, dou-lhe ênfase, a metafísica. E ainda mais, a história. O pensamento histórico é totalmente inerente ao ser humano. Mas o pensamento dos historiadores não deveria se submeter às orientações metafísicas. Aqui vemos uma aparente contradição. Mas, é só aparente. Que o pensamento histórico deva levar necessariamente em consideração o fato de que as coisas humanas estejam contaminadas pela metafísica, é um dado. Entretanto, que o historiador ao analisar a história não deva ser conduzido por suas inclinações metafísicas, é outro dado completamente diferente. É certo que não temos mais a credulidade na objetividade que nos alimentou em outros tempos. Mas uma censura mínima contra a euforia descontrolada das subjetividades é necessária. Já conhecemos os danos que advém dessa atitude descuidada. A "crise da história" transfigurada em "crise dos historiadores" nos revela justamente isso, historiadores que viram ruir "sua" metafísica da verdade em história. Se para o ser humano, a compreensão metafísica de sua existência e do mundo parece ser algo essencial, já para o pensamento de um historiador, o contrário é desejável. O homem vive com suas utopias, suas ideologias, suas crenças, seus fetiches, etc. e esse conjunto com bases metafísicas faz parte da história, necessariamente. Mas, o historiador deve guardar alguma distância. Eis o conflito história e metafísica. Esse pode ser o sumo mais representativo do pensamento pós-estruturalista. Quando a onda pós-estruturalista, após surpreender a história, atinge a metafísica, ela se transforma em uma violenta ressaca.

Vejo a metafísica como uma ilusão idealista ante a história. Pelo viés metafísico, as entidades parecem ter vida própria, gozando de autonomia. Parecem ganhar existência concreta e independente, como entes isolados. Criam-se substantivos sorrateiros que ganham realidade ontológica, se transformam em seres em si. Tal como ocorre com a lógica, a razão, a linguagem, a causalidade, a ciência... e, nesses casos, costumam até serem grafadas em maiúscula: a Ciência, a Nação, a Verdade, etc. Estamos, como historiadores, na contramão dessa orientação.

Esse pensamento é bem problemático: supor um Real além da realidade experimentada na vida sensível, um Real somente alcançado pela reflexão, pelo uso da Razão, com o objetivo de desvendar a natureza primacial e transcendente do Ser que fundamentaria o mundo. Esta é uma frase totalmente alienígena ao território frequentado por um historiador. Estamos ante um empobrecimento intelectual ao deixar-nos

²⁴ BARTHES, Roland. Escrever, verbo intransitivo. In: *O rumor da língua*. Lisboa: Edições 70, 1987, p. 19-26, 20. Note que este é o texto de Barthes apresentado no simpósio na universidade Johns Hopkins, em 1966.

influenciar pela metafísica. O ato de “metafísicar” discursos, criando entes, é uma violência contra o pensamento histórico. As coisas, como entes históricos, possuem um processo de produção que lhes é inerente. Nada nasce do nada ou situa-se no vácuo das condições sócio-materiais da existência.

Há uma controvérsia com a denominação “metafísica” significando algo que transcende o saber físico. É interessante notar que Aristóteles ao denominá-la “filosofia primeira” não parecia ter uma ideia definida de todas as implicações da metafísica considerando-a como a investigação dos primeiros princípios e das causas mais elevadas. Essa “filosofia primeira” apresenta dois focos. O primeiro, mais dedicado ao estudo formal do ser, “do que é”, e na ordem de seu conhecimento que seriam as suas formalidades. Nesse caso, a metafísica poderia ser chamada de ontologia. No segundo, teríamos a “filosofia teológica” dedicada ao “ser supremo”, o que configura um estudo sobre a divindade transcendental, sua natureza e atributos: a teologia.²⁵

É certo que a metafísica manteve os dois sentidos, o de ser *post physica* e o de *trans physica*, sobrenatural, dito de outro modo, *post naturalia* e *super naturalia*. Mas, “não se perdeu nunca no termo ‘metafísica’ o sentido de uma investigação formal, estreitamente relacionada com a lógica (ainda que não identificável com ela), de temas como o ser,” ou os transcendentais, a substância, os modos, a essência, a existência etc.²⁶ Essa associação da metafísica com a forma lógica do discurso merece atenção, pois ela estabelece os contornos que definem as qualidades e pertinências da filosofia ocidental. Tudo parece indicar que o estudo da lógica aristotélica – sua *Analítica* – foi uma preparação necessária para a elaboração de sua metafísica, a “filosofia primeira”. O instrumento lógico rigoroso é uma pré-condição para o ataque às questões ontológicas e teológicas da metafísica. É a maneira de investigar e comprovar questões usando tão somente o raciocínio lógico, sem um teste ou averiguação factual. História e metafísica situam-se assim em pólos opostos na investigação cognitiva. Para nós, historiadores, a questão mais divergente entre a metafísica e a história é a referente aos seus respectivos objetos de estudo. A metafísica se aplica à transcendência e às causas primeiras, afastadas da empiria dos fatos rotineiros da vida. Ao contrario da história, ela busca a realidade subjacente à realidade dos fenômenos, o Real.

Até aí, tudo bem com a história, mas Aristóteles amplia seu detalhamento podendo entrar em grave divergência com a história ao esclarecer o que são “coisas anteriores e mais cognoscíveis”.

Por anterior e mais cognoscível em relação a nós quero dizer aquilo que está mais próximo de nossa percepção; por anterior mais cognoscível no sentido absoluto quero dizer aquilo que está mais distante da percepção. Os conceitos mais universais são os mais distantes de nossa percepção, enquanto os particulares são os mais próximos dela.²⁷

²⁵ MORA, José Ferrater. *Diccionario de filosofía*. vol. 4. 3 ed. Madri: Alianza, 1981. p. 2197.

²⁶ *Idem*.

²⁷ ARISTÓTELES. *Órganon*. São Paulo: Edipro, 2016, p. 270.

Essa proposição ilustra bem uma orientação que pode ter um sentido estritamente epistemológico. Galileo e toda a ciência moderna apoiariam esse cuidado em ir além das aparências dos fenômenos.²⁸ Mas, se nos afastarmos da recomendação puramente epistêmica e entrarmos no terreno da “filosofia primeira” a questão se complica do ponto de vista dos historiadores. Ao privilegiar o “sentido absoluto do cognoscível” contra a percepção dos indivíduos, Aristóteles transita na contramão da história. Como identifica Ferrater Mora: “As causas mais universais são as mais afastadas dos sentidos, ainda que sejam as mais fundamentais na ordem real.”²⁹ Há uma oposição entre o que é primeiro para os sentidos e o que é primeiro por natureza, ele acrescenta. Essa a razão de Aristóteles designar a metafísica como “filosofia primeira”, sim, primeira por natureza e que é universal, contrária aos sentidos. O universal *versus* o particular, sendo universal aquilo que é contrário ao testemunho dos indivíduos. Assim, parece que Aristóteles estabelece o lugar da Razão para atingir esse absoluto.³⁰ Entretanto, abandonar as percepções humanas retidas do mundo, excluir as opiniões fundadas na atividade sensorial dos indivíduos em favor de um saber transcendente, é um duro golpe contra a história. É certo que o julgamento pessoal não seja garantia de verdade, mas quem a tem? A Razão universal?

Últimas palavras

Este texto se submete a um pretexto que o motiva: entender melhor a relação entre a história e a metafísica. Não é uma relação de afinidade, elas possuem naturezas diferentes, mas não chegam a produzir uma repulsão radical entre si. Porém, há certa “alergia epistemológica” entre elas, parecem imiscíveis. É certo que a metafísica não frutifica bem no solo da história, e a história realiza podas na metafísica que tendem a descaracterizar a sua essência. A essência da metafísica são as essências. A metafísica, um monumento frondoso, sente-se segura em seu chão filosófico bem consolidado há milênios, habita o reino dos absolutos, dos primeiros princípios, das causas primevas, das certezas plenas e da verdade. Passam-se as eras e a metafísica sobrevive, e bem, às intempéries críticas – sobrevive a Nietzsche e ao positivismo antigo e ao novo. Ela espalha seus ramos e invade domínios inesperados, tem seu início no pensamento mítico e no mágico, em seguida centra-se nas religiões, avança pelas artes e atinge até a ciência. Sim, até a ciência. Já a história, ainda que seja registrada há milênios, também, está em um contínuo renascimento. Omitindo a

²⁸ Basta recordar que o obstáculo para a aceitação do sistema heliocêntrico foi devido às percepções que as pessoas tinham, e têm até hoje, da imobilidade da Terra e do movimento solar e das estrelas. Assim, a ciência moderna se fez “contra” as aparências sensoriais sem, entretanto, fazer qualquer menção à transcendência.

²⁹ MORA, José Ferrater. *Diccionario de filosofía*. *Op. cit.*, p. 2196-2197.

³⁰ Segundo o *Órganon* “é impossível obter conhecimento científico via percepção sensorial”, pois o conhecimento é sobre universais e não sobre particulares. ARISTÓTELES. *Op. cit.*, p. 324,

Antiguidade, talvez o século XIX seja o seu momento mais glorioso, porém o século XX veio mostrar seus equívocos e, ainda há pouco, chega até anunciar sua crise.

Ainda assim, o que é mais determinante na relação história-metafísica é algo inusitado para duas entidades que possuem algum conflito e a tal "alergia" intrínseca: é a relação de inclusão que a história exerce sobre a metafísica. E, aqui, vou insistir sobre algo que já mencionei ao anunciar a "colisão da onda pós-estruturalista com a metafísica". Essa insistência é necessária para marcar fortemente minha posição ante a contestação recíproca entre a metafísica e a história.³¹ A história possui um encantamento fulcral pelas coisas humanas, nada do humano lhe é estranho ou indiferente. Tudo o que é do homem interessa ao pensamento histórico. E, o humano é um grande e permanente mistério, parece conter de tudo um pouco. Ainda que o Iluminismo o tenha filtrado e reduzido ao mito do *homo sapiens*, de uma divinizada racionalidade, ele dança e enlouquece em todos os ritmos: do irracional ao pulsional, do místico ao fanático, do sábio à besta brutal... Há sempre um tipo de humano para satisfazer a qualquer situação. Por mais incrível e absurdo que possa parecer, há humanos, hoje, no Brasil, tentando acabar com nossa universidade. Essa é a nossa "crise" mais doentia que a história *uerjiana* registra.

Assim, a história que persegue todo e qualquer vestígio de humanidade desse humano se desdobra em incorporar em si todas as preocupações e motivações que movimentam a vida de tal humano. Por essa razão, a história pode e deve ter entre seus objetos um pouco de tudo que aflige os humanos. Religião, magia, ciência, artes, política, sexualidade, lágrimas, torturas, genocídios variados... (uma lista exaustiva sempre será incompleta) e a metafísica. A história está aberta a todo e qualquer vestígio de humanidade. E, por isso, ela não pode se omitir, tem que aceitar entre suas atribuições a análise histórica das infiltrações metafísicas no *homo sapiens*. Mas, por outro lado, o historiador que está sujeito às orientações metafísicas – como qualquer outro ser humano –, deve ter cautela metodológica sobre essa sujeição. O risco de seu alinhamento com alguma proposição alienígena à natureza histórica está no contágio que o pensamento dos historiadores possa sofrer em ser submisso à metafísica. E, isso já aconteceu, diversas vezes, e não só com a história, e nem sempre com prejuízo imediato. Vou tratar de um exemplo envolvendo a ciência, essa "neutra" atividade humana. Basta recordar as motivações da Revolução Científica do século XVII. A credulidade generalizada dos "revolucionários da ciência" na existência de "leis da natureza" é resultado de um valor ontológico que governaria o mundo natural. Haveria um legislador universal organizando o cosmos e do qual emanariam as leis naturais que os cientistas deveriam descobri-las. Graças a esse dogma de raiz metafísica, a atividade científica conheceu um grande desenvolvimento nos séculos seguintes. Até hoje, o mito das "leis da natureza" continua agindo na consciência de muitos trabalhadores da ciência.

³¹ Apesar de seu estado alérgico, a história não pode seguir os passos do neopositivismo do Círculo de Viena que baniu para alhures as orientações metafísicas. A história deve incluí-las, mas não pode deixar-se incluir na metafísica.

Para não cair na armadilha de uma contaminação metafísica, o historiador deveria experimentar um remédio caseiro, simples e eficiente. Deixar-se contagiar pelo antídoto a toda metafísica, uma postura pragmática. O sujeito pragmático, ao montar o seu quebra-cabeça existencial, somente deseja encontrar a peça faltante que se ajusta bem aos seus interesses. Encontrando-a, ele não tem dúvidas, não tergiversa, ele a usa. O uso, essa é a sua prioridade e a essência de sua busca. A postura pragmática só se interessa pelo uso da coisa encontrada, não lhe importa "raça, gênero nem religião", nem até mesmo se a coisa for uma filha bastarda: se funciona está bem, diria o pragmatista. Assim, minha proposta é: "a relação história-metafísica deveria ser perturbada pelo contínuo flerte da história com a pragmática".

E isso é tudo que eu teria a dizer sobre a crise da história promovida pela onda pós-estruturalista, indicando que a crise deve-se à infiltração de uma ontologia no pensamento do historiador.

Carlos Alvarez Maia: Professor aposentado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Possui doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (USP); graduação em Física pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio); além de ter realizado estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Seus principais temas de pesquisa são: História das Ciências; Teoria da História e Linguagem; Semiologia dos Saberes; Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia.